

# BIU Participações S.A.

CNPJ 08.845.753/0001-00  
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

Gestão, Elaboração e  
Divulgação de  
Relatórios de Análise  
Econômica Financeira e  
Demonstrações  
Contábeis Consolidadas  
da Organização  
Bradesco.

ISO 9001

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhado das Notas Explicativas.

Cidade de Deus, 28 de janeiro de 2011.

Diretoria

### BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em Reais mil

ATIVO	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>73.552</b>	<b>65.253</b>	<b>55.423</b>	<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>24.619</b>	<b>76.216</b>	<b>110.182</b>
Caixa e Equivalente de Caixa (Nota 5) .....	14	7	17	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 15c) .....	5.876	315	1.727
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 6) .....	67.310	63.954	43.127	Dividendos a Pagar (Nota 9c) .....	18.641	75.821	108.455
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15b) .....	3.159	1.292	2.206	Outras Obrigações (Nota 8) .....	102	80	-
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 14a) .....	3.069	-	10.073	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....	<b>303.735</b>	<b>237.799</b>	<b>178.150</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b> .....	<b>254.802</b>	<b>248.762</b>	<b>232.909</b>	Capital Social:			
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....	<b>423</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	- De Domiciliados no País (Nota 9a) .....	40.491	40.491	40.491
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15b) .....	423	17	-	Reservas de Lucros (Nota 9b) .....	263.244	197.308	137.659
<b>INVESTIMENTOS (Nota 7)</b> .....	<b>254.379</b>	<b>248.745</b>	<b>232.909</b>	<b>TOTAL</b> .....	<b>328.354</b>	<b>314.015</b>	<b>288.332</b>
<b>TOTAL</b> .....	<b>328.354</b>	<b>314.015</b>	<b>288.332</b>				

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b> .....	<b>85.304</b>	<b>71.636</b>
Receitas Financeiras (Nota 10) .....	5.619	4.287
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 7a) .....	79.685	67.349
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b> .....	<b>2.525</b>	<b>1.217</b>
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11) .....	513	562
Despesas Tributárias (Nota 12) .....	1.979	655
Despesas Financeiras (Nota 13) .....	33	-
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b> .....	<b>82.779</b>	<b>70.419</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15a)</b> .....	<b>(8.215)</b>	<b>(3.404)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b> .....	<b>74.564</b>	<b>67.015</b>
<b>Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação)</b>		
Lucro básico por ação ordinária .....	80,80	72,62

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária	A Realizar		
<b>Saldos em 01.01.2009</b> .....	<b>40.491</b>	<b>8.098</b>	<b>-</b>	<b>129.561</b>	<b>-</b>	<b>178.150</b>
Reversão de Dividendos Provisionados .....	-	-	-	9.388	-	9.388
Lucro Líquido do Exercício ....	-	-	-	-	67.015	67.015
Destinações: - Reservas .....	-	-	-	50.261	(50.261)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 18,15 por lote de mil ações) .....	-	-	-	-	(16.754)	(16.754)
<b>Saldos em 31.12.2009</b> .....	<b>40.491</b>	<b>8.098</b>	<b>-</b>	<b>189.210</b>	<b>-</b>	<b>237.799</b>
Reversão de Dividendos Provisionados .....	-	-	-	10.013	-	10.013
Transferência de Reservas ....	-	-	33.508	(33.508)	-	-
Lucro Líquido do Exercício ....	-	-	-	-	74.564	74.564
Destinações: - Reservas .....	-	-	-	55.923	(55.923)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 20,20 por lote de mil ações) .....	-	-	-	-	(18.641)	(18.641)
<b>Saldos em 31.12.2010</b> .....	<b>40.491</b>	<b>8.098</b>	<b>33.508</b>	<b>221.638</b>	<b>-</b>	<b>303.735</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b> ....	<b>82.779</b>	<b>70.419</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos</b> .....	<b>(79.692)</b>	<b>(67.417)</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial .....	(79.685)	(67.349)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas .....	(7)	(68)
<b>Lucro Líquido Ajustado</b> .....	<b>3.086</b>	<b>3.001</b>
Aumento em Ativos Financeiros para Negociação .....	(3.356)	(21.637)
Redução/(Aumento) em Outros Créditos .....	(1.361)	574
Aumento em Outras Obrigações .....	672	39
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos .....	(999)	(2.640)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b> .....	<b>(1.957)</b>	<b>(20.663)</b>
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas .....	67.773	48.988
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos</b> .....	<b>67.773</b>	<b>48.988</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>		
Dividendos Pagos .....	(65.808)	(28.335)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos</b> .....	<b>(65.808)</b>	<b>(28.335)</b>
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>7</b>	<b>(10)</b>
Início do Período .....	7	17
Fim do Período .....	14	7
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>7</b>	<b>(10)</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2010	%	2009	%
<b>1 - RECEITAS</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b> .....	<b>(489)</b>	<b>(0,6)</b>	<b>(539)</b>	<b>(0,8)</b>
Serviços de Terceiros .....	(15)	-	(14)	-
Outros .....	(474)	(0,6)	(525)	(0,8)
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b> .....	<b>(489)</b>	<b>(0,6)</b>	<b>(539)</b>	<b>(0,8)</b>
<b>4 - DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b> .....	<b>(489)</b>	<b>(0,6)</b>	<b>(539)</b>	<b>(0,8)</b>
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b> .....	<b>85.304</b>	<b>100,6</b>	<b>71.636</b>	<b>100,8</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial .....	79.685	94,0	67.349	94,8
Receitas Financeiras .....	5.619	6,6	4.287	6,0
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b> .....	<b>84.815</b>	<b>100,0</b>	<b>71.097</b>	<b>100,0</b>
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL</b> .....	<b>84.815</b>	<b>100,0</b>	<b>71.097</b>	<b>100,0</b>
<b>8.1) Impostos, Taxas e Contribuições</b> .....	<b>10.218</b>	<b>12,1</b>	<b>4.082</b>	<b>5,7</b>
Federais .....	10.194	12,0	4.059	5,7
Estaduais .....	24	0,1	23	-
Municipais .....	-	-	-	-
<b>8.2) Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros</b> .....	<b>33</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>8.3) Remuneração de Capitais Próprios</b> .....	<b>74.564</b>	<b>87,9</b>	<b>67.015</b>	<b>94,3</b>
Dividendos .....	18.641	22,0	16.754	23,6
Lucros Retidos .....	55.923	65,9	50.261	70,7

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

#### 1) INFORMAÇÕES GERAIS

A BIU Participações S.A. é uma empresa que tem por objetivo específico a participação acionária na Serasa S.A. não podendo participar, como sócia ou acionista, de quaisquer outras sociedades.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de

#### a.2) Ativos financeiros para negociação

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de vender no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2011.

## 2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

### 2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis individuais em consonância com a Lei nº 11.638/07, não sendo aplicável a apresentação de Demonstrações Consolidadas.

### 2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

### 2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e que apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 5).

### 2.4) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

##### a.1) Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

As receitas e despesas de juros de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas em "Receitas Financeiras".

#### b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento ou para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

#### c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 a Companhia não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Continua...

...Continuação

# BIU Participações S.A.

CNPJ 08.845.753/0001-00

Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.

ISO 9001

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

### d) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo e que a Companhia não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo mais os custos diretos de transação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Ativos financeiros adquiridos com compromissos de revenda são registrados como empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e de compra é tratada como juros e reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

Juros sobre empréstimos e recebíveis são incluídos no resultado como “Receitas financeiras”. No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do empréstimo e adiantamentos e é reconhecida na demonstração do resultado, como perda por redução do valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

### 2.5) Passivos Financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

#### a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros para negociação.

##### a.1) Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009 a Companhia não possuía nenhum passivo financeiro designado ao valor justo no reconhecimento inicial.

##### a.2) Passivos financeiros mantidos para negociação

Os passivos financeiros para negociação são os passivos mantidos pela Companhia com o propósito de venda ou recompra no curto prazo, ou que mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado em “Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação”.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009 a Companhia não possuía passivos financeiros mantidos para negociação.

#### b) Passivos financeiros a custo amortizado

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

### 2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

### 2.7) Investimento em Controladas

São classificados como controladas as entidades as quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações contábeis a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

#### 2.7.1) Ágio (*Goodwill*)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e *joint ventures*.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em “Ativos Intangíveis” e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. Quando o excesso é negativo (deságio) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

### 2.8) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

#### a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e apenas se, existem evidências objetivas que demonstram a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoca um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

#### b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a aquisição por redução ao valor

### 2.12) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

#### Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

### 2.13) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

## 3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos permite que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo a Alta Administração, quando necessário.

### 3.1) Risco de Crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

O gerenciamento de Risco de Crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

### 3.2) Risco de Mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é cuidadosamente identificado, mensurado, mitigado e gerenciado. O perfil de exposição a risco de mercado da Companhia é conservador, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado pela Organização Bradesco de maneira corporativa e centralizada. Todas as atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

O processo de gerenciamento de riscos da Organização conta com a participação de todas as camadas hierárquicas da Organização Bradesco, que abrange desde as unidades de negócio até o Conselho de Administração.

### 3.3) Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

#### Processo de Gerenciamento do Risco de Liquidez

A Organização Bradesco tem uma Política de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como um de seus objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Organização o estabelecimento de Reserva Mínima de Liquidez (RML), bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

Nos critérios e procedimentos aprovados são determinados a reserva mínima de liquidez a ser mantida diariamente e os tipos de ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis. Além disso, são estabelecidos os instrumentos para gestão da liquidez em cenário normal e em cenário de crise e as estratégias de atuação a serem seguidas em cada caso, sendo que a responsabilidade pela gestão da liquidez do Conglomerado Financeiro é do Departamento de Tesouraria.

#### Controle e Acompanhamento

O controle e o acompanhamento das posições são realizados de maneira independente à área de gestão, Departamento de Tesouraria. No processo de gerenciamento de risco de liquidez, a área de *back-office* tem a responsabilidade de fornecer as informações necessárias à gestão e ao acompanhamento do cumprimento dos limites estabelecidos. Já a área de riscos é responsável pela mensuração do nível mínimo de liquidez,

o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, o prejuízo por perda por redução ao valor recuperável é revertido da demonstração do resultado.

**2.9) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados, no mínimo, anualmente para verificação do seu valor recuperável. Quando houver indício de perda ao valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado.

Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da perda pela redução do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

**2.10) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

Uma provisão é reconhecida, quando como resultado de um evento passado, a Companhia tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, e com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

**2.11) Patrimônio Líquido**

**a) Lucro por ação**

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

**b) Dividendos a pagar**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

a responsabilidade de fornecer as informações necessárias à gestão e ao acompanhamento do cumprimento dos limites estabelecidos. Já a área de riscos é responsável pela mensuração do nível mínimo de liquidez, revisão de política, normas, critérios e procedimentos e realização de estudos para as novas recomendações.

**3.4) Valor justo de ativos e passivos financeiros**

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

**Nível 1**

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

**Nível 2**

Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

**Nível 3**

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

**4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Essas estimativas e julgamentos contábeis referem-se basicamente à redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e ágio.

**5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	14	7	17
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa.....</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>17</b>

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

Continua...

...Continuação

# BIU Participações S.A.

CNPJ 08.845.753/0001-00  
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SPGestão, Elaboração e  
Divulgação de  
Relatórios de Análise  
Econômica Financeira e  
Demonstrações  
Contábeis Consolidadas  
da Organização  
Bradesco.

ISO 9001

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

### 6) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros Referenciado DI União no montante de R\$ 67.310 (31.12.2009 - R\$ 63.954 e 01.01.2009 - R\$ 43.127). Estes ativos são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, enquadradas no Nível 1.

Para aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

### 7) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial do investimento foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e correspondem, no exercício de 2010, a um resultado positivo de R\$ 79.685 (2009 - R\$ 67.349).

b) A composição do investimento está demonstrada a seguir:

Companhia	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)	Participação no Capital Social - %	Investimentos			Ajuste decorrente de Avaliação (2)	
						31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009
Serasa S.A. (1) (3)	145.000	1.042.780	326.654	909	24,3943	254.379	248.745	232.909	79.685	67.349
<b>Total</b>						<b>254.379</b>	<b>248.745</b>	<b>232.909</b>	<b>79.685</b>	<b>67.349</b>

(1) Dados relativos a 31.12.2010;

(2) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados pela empresa, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrente de resultado, quando aplicáveis; e

(3) Investimento inclui Deságio no montante de R\$ 1.369.

### 8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações correspondem a serviços prestados a pagar no montante de R\$ 102 (2009 - R\$ 80).

### 9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ordinárias	922.865	922.865	922.865
<b>Total</b>	<b>922.865</b>	<b>922.865</b>	<b>922.865</b>

b) Reservas de Lucros

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
<b>Reservas de Lucros</b>	<b>263.244</b>	<b>197.308</b>	<b>137.659</b>
- Reserva Legal (1)	8.098	8.098	8.098
- Reserva de Lucros a Realizar (2)	221.638	189.210	129.561
- Reserva Estatutária (3)	33.508	-	-

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;

(2) Constituída conforme art. 197 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos provisionados serão pagos à medida que houver a realização do resultado de equivalência.

(3) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

O cálculo dos dividendos propostos está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2010	% (1)	2009	% (1)
Lucro líquido do exercício	74.564		67.015	
Base de cálculo	74.564		67.015	
Dividendos provisionados	<b>18.641</b>	25,00	<b>16.754</b>	25,00

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

### 10) RECEITAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros	5.578	4.197
Juros Ativos	41	90
<b>Total</b>	<b>5.619</b>	<b>4.287</b>

### 11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Serviços Prestados por Terceiros	15	287
Editais e Publicações	84	136
Contribuição Sindical Patronal	23	23
Doações	180	116
Multas Dedutíveis	186	-
Outras Despesas Administrativas	25	-
<b>Total</b>	<b>513</b>	<b>562</b>

### 12) DESPESAS TIBRUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
PIS	353	117
Cofins	1.626	538
<b>Total</b>	<b>1.979</b>	<b>655</b>

### 13) DESPESAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Juros Passivos	33	-
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>-</b>

### 14) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>						
Banco Bradesco S.A.	14	-	7	-	17	-
<b>Dividendos a pagar:</b>						
Embaúba Holdings Ltda.	(6.309)	-	(25.661)	-	(36.706)	-
Banco Itaú Unibanco S.A.	(7.766)	-	(31.589)	-	(45.186)	-
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	(4.566)	-	(18.571)	-	(26.563)	-
<b>Juros sobre o Capital Próprio/ Dividendos a receber:</b>						
Serasa S.A.	3.069	14.197	-	14.271	10.073	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos Órgãos da Sociedade.

### 15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
<b>Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)</b>	<b>82.779</b>	<b>70.419</b>
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(28.145)	(23.943)
<b>Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:</b>		
Participação em coligada, tributada na empresa correspondente	27.093	20.493
Despesas e Provisões Indedutíveis Líquidas de Receitas Tributáveis	(271)	(32)
Juros sobre Capital Próprio Recebidos	(4.827)	-
Outros	(2.065)	78
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>(8.215)</b>	<b>(3.404)</b>

b) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 3.582 (2009 - R\$ 1.309), referem-se a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 1.029 (2009 - R\$ 230); juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 2.130 (2009 - R\$ 1.079), imposto de renda a compensar no montante de R\$ 423.

c) Impostos e Contribuições a Recolher

Impostos e Contribuições a Recolher, no montante de R\$ 5.876 (2009 - R\$ 315 e 01.01.2009 - R\$ 1.727), referem-se ao PIS no montante de R\$ 60 (01.01.2009 - R\$ 64), Cofins no montante de R\$ 274 (01.01.2009 - R\$ 297), Imposto de Renda no montante de R\$ 4.360 (2009 - R\$ 309 e 01.01.2009 - R\$ 1.006) e Contribuição Social no montante de R\$ 1.182 (2009 - R\$ 6 e 01.01.2009 - R\$ 360).

### 16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Devido às características da companhia não há componentes de outros resultados abrangentes.

c) A Companhia, em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009, não possui ativos e passivos contingentes passíveis de reconhecimento.

## A DIRETORIA

Daniel Jose Liberati - Contador - 1SP178435/O-6

**Total** .....

**1.979**

**655**

Daniel Jose Liberati – Contador – 1SP178435/O-6

# BIU Participações S.A.

C.N.P.J. 08.845.753/0001-00

Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.

ISO 9001

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhado das Notas Explicativas.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, 28 de janeiro de 2011.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em Reais mil							
ATIVO	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>73.552</b>	<b>65.253</b>	<b>55.423</b>	<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>24.619</b>	<b>76.216</b>	<b>110.182</b>
Caixa e Equivalente de Caixa (Nota 5) .....	14	7	17	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 15c) .....	5.876	315	1.727
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 6) .....	67.310	63.954	43.127	Dividendos a Pagar (Nota 9c).....	18.641	75.821	108.455
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15b) .....	3.159	1.292	2.206	Outras Obrigações (Nota 8) .....	102	80	-
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 14a).....	3.069	-	10.073				
<b>NÃO CIRCULANTE</b> .....	<b>254.802</b>	<b>248.762</b>	<b>232.909</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....	<b>303.735</b>	<b>237.799</b>	<b>178.150</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....	<b>423</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	Capital Social:			
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15b) .....	423	17	-	- De Domiciliados no País (Nota 9a).....	40.491	40.491	40.491
				Reservas de Lucros (Nota 9b).....	263.244	197.308	137.659
<b>INVESTIMENTOS (Nota 7)</b> .....	<b>254.379</b>	<b>248.745</b>	<b>232.909</b>	<b>TOTAL</b> .....	<b>328.354</b>	<b>314.015</b>	<b>288.332</b>
<b>TOTAL</b> .....	<b>328.354</b>	<b>314.015</b>	<b>288.332</b>				

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b> .....	<b>85.304</b>	<b>71.636</b>
Receitas Financeiras (Nota 10).....	5.619	4.287
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 7a) .....	79.685	67.349
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b> .....	<b>2.525</b>	<b>1.217</b>
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11) .....	513	562
Despesas Tributárias (Nota 12) .....	1.979	655
Despesas Financeiras (Nota 13) .....	33	-
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b> .....	<b>82.779</b>	<b>70.419</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15a)</b> .....	<b>(8.215)</b>	<b>(3.404)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b> .....	<b>74.564</b>	<b>67.015</b>
<b>Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação)</b>		
Lucro básico por ação ordinária.....	80,80	72,62

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária	A Realizar		
<b>Saldos em 01.01.2009</b> .....	<b>40.491</b>	<b>8.098</b>	<b>-</b>	<b>129.561</b>	<b>-</b>	<b>178.150</b>
Reversão de Dividendos Provisionados.....	-	-	-	9.388	-	9.388
Lucro Líquido do Exercício .....	-	-	-	-	67.015	67.015
Destinações: - Reservas .....	-	-	-	50.261	(50.261)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 18,15 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	(16.754)	(16.754)
<b>Saldos em 31.12.2009</b> .....	<b>40.491</b>	<b>8.098</b>	<b>-</b>	<b>189.210</b>	<b>-</b>	<b>237.799</b>
Reversão de Dividendos Provisionados.....	-	-	-	10.013	-	10.013
Transferência de Reservas.....	-	-	33.508	(33.508)	-	-
Lucro Líquido do Exercício .....	-	-	-	-	74.564	74.564
Destinações: - Reservas .....	-	-	-	55.923	(55.923)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 20,20 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	(18.641)	(18.641)
<b>Saldos em 31.12.2010</b> .....	<b>40.491</b>	<b>8.098</b>	<b>33.508</b>	<b>221.638</b>	<b>-</b>	<b>303.735</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

### 1) INFORMAÇÕES GERAIS

A BIU Participações S.A. é uma empresa que tem por objetivo específico a participação acionária na Serasa S.A. não podendo participar, como sócia ou acionista, de quaisquer outras sociedades.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2011.

### 2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

#### 2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis individuais em consonância com a Lei nº 11.638/07, não sendo aplicável a apresentação de Demonstrações Consolidadas.

#### 2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO - Em Reais mil			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2010	2009	
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b> .....	<b>82.779</b>	<b>70.419</b>	
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos</b> .....	<b>(79.692)</b>	<b>(67.417)</b>	
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(79.685)	(67.349)	
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas.....	(7)	(68)	
<b>Lucro Líquido Ajustado</b> .....	<b>3.086</b>	<b>3.001</b>	
Aumento em Ativos Financeiros para Negociação .....	(3.356)	(21.637)	
Redução/(Aumento) em Outros Créditos .....	(1.361)	574	
Aumento em Outras Obrigações.....	672	39	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(999)	(2.640)	
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b> .....	<b>(1.957)</b>	<b>(20.663)</b>	
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas .....	67.773	48.988	
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos</b> .....	<b>67.773</b>	<b>48.988</b>	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>			
Dividendos Pagos.....	(65.808)	(28.335)	
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos</b> .....	<b>(65.808)</b>	<b>(28.335)</b>	
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>7</b>	<b>(10)</b>	
Início do Período .....	7	17	
Fim do Período.....	14	7	
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>7</b>	<b>(10)</b>	

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil				
Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2010	%	2009	%
<b>1 - RECEITAS</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b> .....	<b>(489)</b>	<b>(0,6)</b>	<b>(539)</b>	<b>(0,8)</b>
Serviços de Terceiros .....	(15)	-	(14)	-
Outros .....	(474)	(0,6)	(525)	(0,8)
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b> .....	<b>(489)</b>	<b>(0,6)</b>	<b>(539)</b>	<b>(0,8)</b>
<b>4 - DEPRECIACIONES E AMORTIZAÇÕES</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>				
PELA ENTIDADE (3-4) .....	(489)	(0,6)	(539)	(0,8)
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b> .....	<b>85.304</b>	<b>100,6</b>	<b>71.636</b>	<b>100,8</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial .....	79.685	94,0	67.349	94,8
Receitas Financeiras .....	5.619	6,6	4.287	6,0
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b> .....	<b>84.815</b>	<b>100,0</b>	<b>71.097</b>	<b>100,0</b>
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL</b> .....	<b>84.815</b>	<b>100,0</b>	<b>71.097</b>	<b>100,0</b>
<b>8.1) Impostos, Taxas e Contribuições</b> .....	<b>10.218</b>	<b>12,1</b>	<b>4.082</b>	<b>5,7</b>
Federais .....	10.194	12,0	4.059	5,7
Estaduais .....	24	0,1	23	-
Municipais .....	-	-	-	-
<b>8.2) Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros</b> .....	<b>33</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>8.3) Remuneração de Capitais Próprios</b> .....	<b>74.564</b>	<b>87,9</b>	<b>67.015</b>	<b>94,3</b>
Dividendos .....	18.641	22,0	16.754	23,6
Lucros Retidos .....	55.923	65,9	50.261	70,7

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## 2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

### 2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e que apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 5).

### 2.4) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

##### a.1) Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

##### a.2) Ativos financeiros para negociação

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de vender no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

As receitas e despesas de juros de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas em "Receitas Financeiras".

#### b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento ou para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

#### c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 a Companhia não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

#### d) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo e que a Companhia não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo mais os custos diretos de transação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Ativos financeiros adquiridos com compromissos de revenda são registrados como empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

Juros sobre empréstimos e recebíveis são incluídos no resultado como "Receitas financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do empréstimo e adiantamentos e é reconhecida na demonstração do resultado, como perda por redução do valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

### 2.5) Passivos Financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

#### a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros para negociação.

##### a.1) Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009 a Companhia não possuía nenhum passivo financeiro designado ao valor justo no reconhecimento inicial.

##### a.2) Passivos financeiros mantidos para negociação

Os passivos financeiros para negociação são os passivos mantidos pela Companhia com o propósito de venda ou recompra no curto prazo, ou que mantêm como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação".

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009 a Companhia não possuía passivos financeiros mantidos para negociação.

#### b) Passivos financeiros a custo amortizado

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

#### 2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

#### 2.7) Investimento em Controladas

São classificados como controladas as entidades as quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações contábeis a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

#### d) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, o prejuízo por perda por redução ao valor recuperável é revertido da demonstração do resultado.

#### 2.9) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados, no mínimo, anualmente para verificação do seu valor recuperável. Quando houver indício de perda ao valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado.

Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da perda pela redução do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

#### 2.10) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida, quando como resultado de um evento passado, a Companhia tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, e com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

#### 2.11) Patrimônio Líquido

##### a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

##### b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

#### 2.12) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

#### Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

#### 2.13) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

### 3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos permite que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo a Alta Administração, quando necessário.

#### 3.1) Risco de Crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

O gerenciamento de Risco de Crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

#### 3.2) Risco de Mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é cuidadosamente identificado, mensurado, mitigado e gerenciado. O perfil de exposição a risco de mercado da Companhia é conservador, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado pela Organização Bradesco de maneira corporativa e centralizada. Todas as atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

O processo de gerenciamento de riscos da Organização conta com a participação de todas as camadas hierárquicas da Organização Bradesco, que abrange desde as unidades de negócio até o Conselho de Administração.

#### 3.3) Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

#### Processo de Gerenciamento do Risco de Liquidez

A Organização Bradesco tem uma Política de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como um de seus objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Organização o estabelecimento de Reserva Mínima de Liquidez (RML), bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

Nos critérios e procedimentos aprovados são determinados a reserva mínima de liquidez a ser mantida diariamente e os tipos de ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis. Além disso, são estabelecidos os instrumentos para gestão da liquidez em cenário normal e em cenário de crise e as estratégias de atuação a serem seguidas em cada caso, sendo que a responsabilidade pela gestão da liquidez do Conglomerado Financeiro é do Departamento de Tesouraria.

[Continua...](#)

...Continuação

# BIU Participações S.A.

C.N.P.J. 08.845.753/0001-00

Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.

ISO 9001

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - Em Reais mil**Controle e Acompanhamento**

O controle e o acompanhamento das posições são realizados de maneira independente à área de gestão, Departamento de Tesouraria. No processo de gerenciamento de risco de liquidez, a área de *back-office* tem a responsabilidade de fornecer as informações necessárias à gestão e ao acompanhamento do cumprimento dos limites estabelecidos. Já a área de riscos é responsável pela mensuração do nível mínimo de liquidez, revisão de política, normas, critérios e procedimentos e realização de estudos para as novas recomendações.

**3.4) Valor justo de ativos e passivos financeiros**

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

**Nível 1**

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

**Nível 2**

Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

**Nível 3**

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da

**b) A composição do investimento está demonstrada a seguir:**

Companhia	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares) ON	Participação no Capital Social - %	Investimentos			Ajuste decorrente de Avaliação (2)	
						31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009
Serasa S.A. (1) (3)	145.000	1.042.780	326.654	909	24,3943	254.379	248.745	232.909	79.685	67.349
<b>Total</b>						<b>254.379</b>	<b>248.745</b>	<b>232.909</b>	<b>79.685</b>	<b>67.349</b>

(1) Dados relativos a 31.12.2010;

(2) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados pela empresa, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrente de resultado, quando aplicáveis; e

(3) Investimento inclui Deságio no montante de R\$ 1.369.

**8) OUTRAS OBRIGAÇÕES**

Outras Obrigações correspondem a serviços prestados a pagar no montante de R\$ 102 (2009 - R\$ 80).

**9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Composição do capital social em ações**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ordinárias	922.865	922.865	922.865
<b>Total</b>	<b>922.865</b>	<b>922.865</b>	<b>922.865</b>

**b) Reservas de Lucros**

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
<b>Reservas de Lucros</b>	<b>263.244</b>	<b>197.308</b>	<b>137.659</b>
- Reserva Legal (1)	8.098	8.098	8.098
- Reserva de Lucros a Realizar (2)	221.638	189.210	129.561
- Reserva Estatutária (3)	33.508	-	-

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;

(2) Constituída conforme art. 197 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos provisionados serão pagos à medida que houver a realização do resultado de equivalência.

(3) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

**c) Dividendos mínimos obrigatórios**

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

O cálculo dos dividendos propostos está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2010	% (1)	2009	% (1)
Lucro líquido do exercício	74.564		67.015	
Base de cálculo	74.564		67.015	
Dividendos provisionados	<b>18.641</b>	25,00	<b>16.754</b>	25,00

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

**10) RECEITAS FINANCEIRAS**

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros	5.578	4.197
Juros Ativos	41	90
<b>Total</b>	<b>5.619</b>	<b>4.287</b>

**11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Serviços Prestados por Terceiros	15	287
Editais e Publicações	84	136
Contribuição Sindical Patronal	23	23
Doações	180	116
Multas Deletivas	186	-
Outras Despesas Administrativas	25	-
<b>Total</b>	<b>513</b>	<b>562</b>

**12) DESPESAS TIBRUTÁRIAS**

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
PIS	353	117
Cofins	1.626	538
<b>Total</b>	<b>1.979</b>	<b>655</b>

Administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

**4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Essas estimativas e julgamentos contábeis referem-se basicamente à redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e ágio.

**5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Disponibilidades em moeda nacional (1)	14	7	17
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>17</b>

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

**6) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO**

Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros Referenciado DI União no montante de R\$ 67.310 (31.12.2009 - R\$ 63.954 e 01.01.2009 - R\$ 43.127). Estes ativos são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, enquadradas no Nível 1.

Para aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

**7) INVESTIMENTOS**

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial do investimento foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e correspondem, no exercício de 2010, a um resultado positivo de R\$ 79.685 (2009 - R\$ 67.349).

**13) DESPESAS FINANCEIRAS**

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Juros Passivos	33	-
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>-</b>

**14) PARTES RELACIONADAS****a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:**

	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>						
Banco Bradesco S.A.	14	-	7	-	17	-
<b>Dividendos a pagar:</b>						
Embaúba Holdings Ltda.	(6.309)	-	(25.661)	-	(36.706)	-
Banco Itaú Unibanco S.A.	(7.766)	-	(31.589)	-	(45.186)	-
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	(4.566)	-	(18.571)	-	(26.563)	-
<b>Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a receber:</b>						
Serasa S.A.	3.069	14.197	-	14.271	10.073	-

**b) Remuneração do pessoal-chave da Administração**

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos Órgãos da Sociedade.

**15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:**

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
<b>Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)</b>	<b>82.779</b>	<b>70.419</b>
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(28.145)	(23.943)
<b>Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:</b>		
Participação em coligada, tributada na empresa correspondente	27.093	20.493
Despesas e Provisões Indedutíveis Líquidas de Receitas Tributáveis	(271)	(32)
Juros sobre Capital Próprio Recebidos	(4.827)	-
Outros	(2.065)	78
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>(8.215)</b>	<b>(3.404)</b>

**b) Tributos a Compensar ou a Recuperar**

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 3.582 (2009 - R\$ 1.309), referem-se a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 1.029 (2009 - R\$ 230); juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 2.130 (2009 - R\$ 1.079), imposto de renda a compensar no montante de R\$ 423.

**c) Impostos e Contribuições a Recolher**

Impostos e Contribuições a Recolher, no montante de R\$ 5.876 (2009 - R\$ 315 e 01.01.2009 - R\$ 1.727), referem-se ao PIS no montante de R\$ 60 (01.01.2009 - R\$ 64), Cofins no montante de R\$ 274 (01.01.2009 - R\$ 297), Imposto de Renda no montante de R\$ 4.360 (2009 - R\$ 309 e 01.01.2009 - R\$ 1.006) e Contribuição Social no montante de R\$ 1.182 (2009 - R\$ 6 e 01.01.2009 - R\$ 360).

**16) OUTRAS INFORMAÇÕES**

a) A Companhia, em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Devido às características da companhia não há componentes de outros resultados abrangentes.

c) A Companhia, em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009, não possui ativos e passivos contingentes passíveis de reconhecimento.

**A DIRETORIA**

Daniel Jose Liberati - Contador - 1SP178435/O-6